



**PARECER Nº 2/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 23/2025** Projeto de Lei nº 23/2025

**Autoria: Prefeita Municipal**

Assunto: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

**I - RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 23 de 2025, de iniciativa da Prefeita Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

Às fls. 01/06 consta mensagem da Exma. Sr. Prefeita explicitando o fundamento legal do projeto. Às fls. 07 e seguintes encontram-se os termos da Lei a ser submetida à apreciação desta Câmara e os anexos com demonstrações contábeis.

Foi realizada a audiência pública para explanação da proposta e colhida a assinatura dos presentes.

É o relato do necessário.

**II- DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno desta câmara, à comissão de finanças e orçamento compete opinar sobre todos os assuntos de caráter financeiro.

PARECER Nº 2/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 23/2025  
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: KA6J-PD88-XG05-7R83



A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento legal estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte.

Quanto à iniciativa, é competência do Poder Executivo, conforme preconiza a Constituição Federal, *in verbis*:

**Art. 165.** *Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*(...)*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

Do mesmo modo é o disposto na Lei Orgânica do Município:

**ARTIGO 81** - *Ao Prefeito compete, privativamente:*

*V - estabelecer e enviar à Câmara o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município;*

Quanto à temporalidade para proposição, encontra-se em acordo com a Lei Orgânica do Município, no T Í T U L O IX - DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA, senão vejamos:

**ARTIGO 2º.** - *Os projetos de lei orçamentária de iniciativa do Poder Executivo deverão ser enviados nos seguintes prazos:*

*I - diretrizes orçamentárias e plano plurianual: 30 de abril;*

Em relação à publicidade, foi realizada audiência pública, atendendo ao imperativo legal previsto no art. 48 da Lei Complementar 101/2000.

Quanto aos requisitos, descendendo do arranjo basilar Constitucional, são os seguintes:



*Art. 165 (...)*

*§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.*

Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), determina que a Lei Orçamentária Anual seja confeccionada da seguinte forma:

*Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:*

*I - disporá também sobre:*

*a) equilíbrio entre receitas e despesas;*

*b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;*

*(VETADO)*

*e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;*

*f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: KA6J-PD88-XG05-7R83  
PARECER Nº 2/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 23/2025



*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

*§ 2º O Anexo conterá, ainda:*

*I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;*

*II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;*

*III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;*

*IV - avaliação da situação financeira e atuarial:*

*a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;*

*b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;*

*V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.*

*§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as*



*contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.*

Da análise do projeto em tela, verifica-se que os anexos da mensagem, as tabelas, os quadros e os termos da Lei abrangem os assuntos determinados pela Constituição Federal e pela Lei de responsabilidade fiscal no que diz respeito à esfera de competência municipal, atendendo aos requisitos legais.

As demonstrações contábeis também seguem os moldes expressos na Lei nº 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

### **III – CONCLUSÃO**

Com base nos argumentos expostos, opinamos pela regular tramitação do projeto em tela.

**É o parecer.**

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 18 de junho de 2025.

**JOSÉ ANTONIO RODRIGUES**

Membro

**VALMIR SANCHES**

Membro

**SIDNEI GAMBARO**

Presidente

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: KA6J-PD88-XG05-7R83  
PARECER Nº 2/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 23/2025



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Cordeirópolis. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://cordeirópolis.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=KA6JPD88XG057R83>, ou vá até o site <https://cordeirópolis.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: KA6J-PD88-XG05-7R83**



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: KA6J-PD88-XG05-7R83